



A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS INTÉRPRETES DE LIBRAS EM SALA DE AULA

THE PERFORMANCE OF PROFESSIONAL INTERPRETERS OF SIGN LANGUAGE IN CLASSROOM

Luana Pereira de Oliveira Rodrigues Trindade¹

RESUMO: O presente artigo apresenta um estudo que teve como objetivo compreender o papel do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto de sala de aula buscando entender, com os profissionais, qual o tipo de trabalho realizado. Na revisão de literatura discorreu-se sobre a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que decreta como língua legal a Libras e discorre sobre sua importância na inclusão da pessoa surda. A atuação da profissão tradutor-intérprete da Libras foi regulamentada pela Lei nº 12.319 em 1º de setembro de 2010, assegurando o direito da pessoa surda de ter um intérprete de Libras. Para este trabalho, abordando a história da constituição do profissional intérprete de Libras, baseou-se em autores como Quadros (2007). Sobre a Libras, foram utilizadas as contribuições das autoras Gesser (2009), Pizzio (2006) e Brito (1997). Para que os objetivos propostos pudessem ser alcançados, foi conduzida uma pesquisa qualitativa, que contou com a participação de intérpretes de Libras com atuação em escolas públicas. A produção de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas a fim de levantar informações sobre o papel do intérprete de Libras em sala de aula e, para análise de dados, fez-se a análise de conteúdo. Os resultados deste estudo revelam uma faceta do trabalho do intérprete de Libras em sala de aula, ressaltando a necessidade de que este seja fluente e capacitado, e também tenha entendimento da pessoa surda e sua identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Intérprete, Libras, Sala de aula.

ABSTRACT: This article presents a study that aimed to understand the role of the interpreter of Brazilian Sign Language (Libras) in the classroom context seeking to understand, with professionals, what type of work was performed. In the literature review, we discuss Law nº. 10,436 of April 24, 2002, which decrees Libras as a legal language and discusses its importance in the inclusion of the deaf person. The practice of libras translator-interpreter profession was regulated by Law nº. 12,319 on September 1, 2010, ensuring the right of the deaf person to have an interpreter of Libras. For this work, addressing the history of the constitution of the professional interpreter of Libras, it was based on authors such as Quadros (2007). On Libras, the contributions of the authors Gesser (2009), Pizzio (2006) and Brito (1997) were used. In to reach the proposed objectives, a qualitative research was conducted, with the participation of Libras interpreters working in public schools. Data production was performed through semi-structured interviews in order to collect information about the role of the Libras interpreter in the classroom and, for data analysis, content analysis was performed. The results of this study reveal a facet of the work of the Libras interpreter in the classroom, emphasizing the need for him to be fluent and qualified, and also to have an understanding of the deaf person and his/her identity.

KEYWORDS: Interpreter; Libras; Classroom.

1 INTRODUÇÃO

Na história do Brasil, sempre houve pessoas surdas, mas a legalização e o direito à Libras como forma de expressão e comunicação é recente, datando do ano de 2002. A partir da consciência de que esta ação não está disseminada e ampliada na sociedade brasileira, portanto, em sala de aula, surgiu a demanda em compreender o trabalho dos intérpretes de

¹ Pós-Graduada em TILS - Libras pelo Instituto Superior de Ensino Ateneu e Pós-Graduada em Neuropsicopedagogia pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais; Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerias – Núcleo São Gabriel.

Língua Brasileira de Sinais (Libras) neste contexto. Optou-se, então, pela realização de uma pesquisa com os atores que atuam neste âmbito, tencionando compreender seu papel.

Assim, o presente trabalho teve como proposta investigar o papel do intérprete de Libras no contexto de sala de aula, considerando a atuação desse profissional bem diversificada e de grande importância no contexto escolar.

Tal escolha baseia-se nos marcos legais e quantitativos da comunidade surda e deficiente auditiva no país, de acordo com uma pesquisa realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo esta instituição, o número de surdos no Brasil era de 166.400 indivíduos, sendo 80 mil mulheres e 86.400 homens. Cerca de 900 mil pessoas declararam ter grande dificuldade permanente de ouvir. Assim, existem 5,7 milhões de pessoas com alguma deficiência e 1,1 milhões de pessoas que são surdas, totalizando aproximadamente 5,7 milhões de pessoas (BRASIL, 2010).

Diante do número expressivo de pessoas adeptas à utilização da Libras e a ainda crescente visibilidade desta comunidade, fez-se necessário compreender a temática. Para isto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em bases de dados eletrônicos e acadêmicos como Portal BVS, Scielo, Lilacs, Capes, artigos, monografias, dissertações, teses e livros, que contribuiu para a construção do marco teórico e discussão da temática.

A intenção do presente trabalho é, por meio de pesquisas e estudos, ampliar os conhecimentos sobre o papel do intérprete de Libras no contexto de sala de aula, compreendendo que este é um profissional que tem domínio e atuação na interpretação e tradução da Língua Portuguesa e da Libras. Tem-se, portanto, a relevância que o intérprete de Libras tem, sobretudo no processo de aprendizagem dos surdos em sala de aula, uma vez que, com o reconhecimento da Libras como língua brasileira legal, os surdos têm direito a um profissional intérprete de língua de sinais em espaços públicos.

A partir da experiência pessoal com a Libras e do contato com surdos, cresceu o interesse em saber qual tipo de trabalho é executado pelo profissional intérprete de Libras em sala de aula. Existem inúmeras pesquisas sobre comunicação e linguagem na Psicologia, sobretudo a Psicologia Social, mas, devido à legalização recente na história do Brasil, ainda pouco exploradas. Desse modo, definiu-se como problema de pesquisa a atuação dos profissionais intérpretes em sala de aula.

É importante mencionar que a Psicologia tem como objeto de estudo os processos mentais e o comportamento humanos, em que inclui-se a interação, a linguagem, a comunicação e a convivência. Isto indica que compreender os processos de trabalho e as interseccionalidades presentes no contexto de sala de aula e da Libras, é também objeto de

estudo desse campo epistemológico. Dessa maneira, a Psicologia pode auxiliar no entendimento acerca da relevância em incluir sujeitos surdos e promover melhores condições de trabalho, perpassando todas as discussões desta produção.

Assim, este artigo visa, também, ao expor conceitos básicos, promover a reflexão acerca da valorização do profissional intérprete de Libras no contexto de sala de aula a partir de um referencial histórico e bibliográfico.

2 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

A utilização da Libras é comum na comunidade surda, porém, entre ouvintes, a Libras não é tão utilizada quanto a língua oral. Desta maneira, os surdos, para terem uma comunicação melhor com os ouvintes e não usuários da língua de sinais, precisam romper e vencer muitos obstáculos, sobretudo para utilizar a Libras. Ainda há o agravante de que, assim como a Língua Portuguesa, a Libras não é uma língua universal, variando de país para país, o que pode gerar diferenças mesmo entre regiões de um único território.

A Libras é a primeira língua dos surdos, ou seja, a língua materna. Isso significa que a Língua Portuguesa deve ser a segunda língua, respeitando a comunicação da pessoa surda. Assim, a Libras é uma língua gestual utilizada pela comunidade surda e reconhecida na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002):

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais-Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Para Pizzio (2006), a estrutura da língua de sinais e das línguas faladas apresentam as mesmas propriedades abstratas da linguagem, sendo diferentes na sua forma de superfície: as línguas orais se apresentam na modalidade auditivo-oral, enquanto as línguas de sinais se apresentam na modalidade visual-parcial.

Entretanto, as formas icônicas das línguas de sinais não são universais e nem o retrato fiel da realidade. Cada língua de sinais representa seus referentes, ainda que de forma icônica, convencionalmente, porque cada uma vê os objetos, seres e eventos representados em seus sinais ou palavras sob uma determinada ótica ou perspectiva (BRITO, 1997, p. 20).

De acordo com Brito (1997), os sinais não são utilizados da mesma forma. Por exemplo, o sinal de árvore em Libras, é representado pelo tronco da árvore por meio do antebraço e os galhos e folhas por meio da mão aberta e do movimento interno dos dedos. Porém, o sinal para o mesmo conceito em CSL (Língua de Sinais Chinesa) representa apenas o tronco com as duas mãos semiabertas e os dedos dobrados de forma circular.

Ainda segundo a autora, em Libras, o sinal carro/dirigir é icônico, porque representa o ato de dirigir, mas é também convencional porque em outras línguas de sinais não toma necessariamente este aspecto dos referentes “carro” e “ato de dirigir” como motivação de sua forma, mas sim outros.

Gesser (2009) descreve que a língua de sinais tem todas as características linguísticas de outras línguas consideradas naturais. Desta forma, é necessário que os indivíduos da cultura de língua oral compreendam que a forma de comunicação para o surdo é visual-gestual, porém, isso não anula a existência de uma língua natural, sendo Libras genuína.

Conforme a escritora, a língua de sinais tem sua própria estrutura e é uma língua autônoma, independente da língua oral na concepção linguística. Geralmente, a comunidade surda, em todos os países, está contornada por uma sociedade majoritariamente ouvinte. Desta maneira, as línguas de sinais têm contato direto com as línguas orais locais e acontece um empréstimo linguístico, ou seja, uma mistura de vocábulos de duas ou mais línguas, pois a relação entre as línguas não é neutra ou simétrica. Em qualquer outra língua há sempre em jogo questões de poder e possivelmente situações de conflito, o que ocorre também com as línguas de sinais.

As instituições públicas têm a responsabilidade de disseminação da Libras e, juntamente com instituições privadas, devem assegurar um atendimento adequado às pessoas com deficiência auditiva. A inclusão social, que deve ser capaz de acolher todas as pessoas, exige também apoio aos surdos. Como estes sujeitos precisavam ter acessibilidade, o Estado iniciou sua meta inclusiva incumbindo a escola e, conseqüentemente, um intérprete de Libras, reconhecendo os surdos com sua capacidade linguística e a necessidade de inserção na sociedade de maioria ouvinte.

Os surdos romperam e estão rompendo barreiras para viver em sociedades majoritariamente de ouvintes e de não usuários da Libras, o que confirma a relevância desta pesquisa. Mesmo diante da ideia de empréstimo linguístico, vale destacar que o surdo tem o direito de utilizar a Libras, não tendo obrigatoriedade de oralizar-se. Os surdos também têm o direito à acessibilidade em qualquer espaço, noção que pode ser potencializada pelos estudos da Psicologia, que abordam a aprendizagem e a interação como fatores essenciais.

3 TRADUTORES E INTÉRPRETES DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – TILS

A profissão tradutor-intérprete da Libras tem regulamentação na Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010, em que o intérprete é um intermediário na tradução de uma determinada língua à outra (BRASIL, 2010).

De acordo com Quadros (2007), a história da constituição do profissional intérprete de Libras teve início a partir de atividades voluntárias e conforme os surdos foram garantindo os seus direitos de cidadãos. A presença dos surdos nas discussões sociais refletiu diretamente na profissionalização dos tradutores e intérprete da língua de sinais.

O intérprete de Libras tem um papel relevante no processo de inclusão e cidadania dos surdos. Com o reconhecimento da Libras como expressão, os surdos conseguiram o direito linguístico e, em seguida, acessibilidade, com a presença de um profissional intérprete de língua de sinais.

A atuação desses profissionais é bem diversificada, como em escolas, palestras, eventos culturais e outros. No entanto, o intérprete de Libras tem uma maior atuação no ambiente escolar, o que se faz necessário, e tem um papel relevante no processo de formação e educação dos sujeitos, sendo responsável por transmitir o conteúdo dos professores que são geralmente usuários da Língua Portuguesa (falada) para língua de sinais (visual-gestual).

A atuação do intérprete de Libras é relevante no processo de formação e integração do sujeito surdo, portanto, a regulamentação desses profissionais se caracteriza com direitos e responsabilidades éticas a serem cumpridas. O intérprete teve ter domínio da língua de sinais, sendo habilitado para traduzir ou interpretar e traduzir versões de português para Libras e de Libras para português, ou seja, fluente.

Segundo Rodrigues e Valente (2011), é de grande importância esclarecer sobre as diferenças de tradutor e do intérprete de Libras, compreendendo que o tradutor ocupa-se com a fala. Sendo assim, o resultado é um texto escrito. Já o intérprete trabalha com a fala tendo como resultado uma outra fala. Trazendo esses conceitos para a língua de sinais, é necessário que o profissional responsável por traduzir uma narrativa falada para a Libras, ou o contrário, seja o intérprete. O tradutor repassa, somente, o que está escrito para a Libras.

Lacerda (2009) descreve que no contexto de regulamentação da profissão surgiu também a demanda de formação específica para os profissionais. A instituição que se prontificou a fazê-la foi a Federação Nacional de Educação e Instrução dos Surdos (FENEIS), notando os desafios dos intérpretes de Libras e propondo cursos de formação para melhoria da fluência, em cursos com professores ouvintes.

Segundo Lacerda (2009), nas duas últimas décadas, foram realizados encontros regionais e/ou nacionais de intérpretes de Libras, com foco na formação e atuação do intérprete e discussões com temáticas sobre ética. Mesmo assim, no Brasil, somente em 2008 os Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (TILS), conseguiram organizar-se em associações regionais, formando uma federação nacional (FEBRAPILS), com representatividade junto ao World Association of Sign Language Interpreters (WASLI) – órgão internacional que representam TILS do mundo todo.

Identifica-se, então, que a formação do profissional intérprete é fundamental para boa execução de seu trabalho e a atuação do profissional tradutor-intérprete da Libras, desde a regulamentação até o presente momento, tem sido de construção e reciprocidade entre surdos e ouvintes.

4 O INTÉRPRETE E O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA SURDA

É claro que o intérprete tem um papel fundamental na formação da pessoa surda, influenciando em sua identidade, conforme embasado em Vygotsky (1993). Isto acontece porque, em primeiro lugar, permite a expressão da pessoa surda segundo sua língua materna, a Libras. Um segundo critério que pode auxiliar no entendimento de sua relevância para o desenvolvimento da pessoa surda e/ou deficiente auditiva é possibilitar a aprendizagem e a comunicação de maneira mais rápida e direta, o que ocorre com a tradução e interpretação.

Ainda segundo Vygotsky (1993), que defende a interação como fator de desenvolvimento essencial e natural, seria possível pessoas surdas se comunicarem com pessoas ouvintes e oralizadas, mas com a tradução para a Libras e vice-versa, o processo é mais rápido e assertivo. Isto significa que nem todas as informações seriam transmitidas de modo correto e fidedigno caso não houvesse o trabalho do intérprete. É por isso que esse profissional atua, diretamente, com a identidade e a confiança da pessoa surda, que se sente capaz de comunicar de modo fiel o que deseja expressar, sendo, também receptor de informações.

No contexto escolar, o intérprete é fundamental para a aquisição de conhecimentos e normas básicas, que servem tanto para o sucesso escolar, quanto para a construção e internalização de normas, desenvolvidas através da comunicação (DURKHEIM, 2011). Entretanto, se faz necessário compreender quais são as funções desenvolvidas pelos TILS em sala de aula, questão abordada a seguir.

5 A SALA DE AULA COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO

Conforme apresentado, a sala de aula constitui-se como espaço privilegiado para a construção de uma sociedade inclusiva. Por tal razão, é fundamental a presença de pessoas surdas e tradutores-intérpretes nos espaços educativos, uma vez que não há grande adesão à Libras pela população ouvinte.

Diante da demanda por capacitação e domínio da Libras no contexto educativo, as Proposições Nacionais Curriculares para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006) tornou obrigatório o ensino da língua de sinais como disciplina obrigatória para conclusão da graduação em licenciatura. Este marco é importante porque ampliou e deu visibilidade à comunidade surda, até então segregada ou excluída do contexto educativo pelo não domínio da Libras.

A partir dessa obrigatoriedade, fez também necessário e previsto em lei que as pessoas surdas ou não ouvintes teriam direito a um intérprete de Libras quando matriculado em espaços escolares sem a presença de uma pessoa bilíngue e fluente. Após essa definição, o público profissional buscou formação e oportunidade na profissão de tradutor-intérprete.

Atualmente, como confirma os dados produzidos pela pesquisa do IBGE (2010), há um número pequeno de pessoas surdas incluídas na educação escolar, o que extrapola os dados estudados e analisados neste trabalho. Entretanto, tem-se uma maior procura pela atuação e conhecimento da língua de sinais, sendo esta ofertada em diversas instituições, públicas e privadas. O direito ao intérprete é garantido pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) mas ainda é pequena a oferta de carga horária oferecida nos cursos de licenciatura, não habilitando para a atuação como tradutor-intérprete. Assim como é de menor acessibilidade cursos específicos, que formam sujeitos fluentes em Libras.

Diante dessas questões, sentiu-se a necessidade em compreender como é a atuação de um tradutor-intérprete de Libras em sala de aula, considerando formação, contexto, dificuldades e possibilidades encontradas pelos sujeitos que utilizam a Libras como, também, instrumento de trabalho.

6 METODOLOGIA

O intuito desta pesquisa é compreender a atuação e o papel dos tradutores-intérpretes no contexto de sala de aula. Através da minha rede social e de vínculos com pessoas da área, consegui contato de alguns profissionais intérpretes de sala de aula. Inicialmente, a intenção

era realizar cinco entrevistas com intérpretes de Libras; isto não foi possível devido à falta de disponibilidade. Dessa forma, participaram da pesquisa duas intérpretes de Libras que trabalham em escolas públicas da cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Diante da jornada de trabalho complexa e disponibilidade, parte do contato foi realizado através de uma rede social virtual de mensagens instantâneas, em conversas exclusivas com cada profissional.

Após este primeiro contato e a explicação acerca do objetivo da pesquisa, notou-se que todas as entrevistadas são intérpretes de Libras do sexo feminino, também não tendo sido essa a proposta inicial da pesquisa. Tentou-se contato com profissionais do sexo masculino, mas não obteve-se êxito.

Para a coleta de dados, foi utilizada a abordagem qualitativa como método de pesquisa, dotando-se da entrevista semiestruturada como técnica. Como procedimento de pesquisa, realizou-se um estudo de campo, caracterizado, segundo Gil (2008), como a imersão do pesquisador no local em que o objeto de estudo acontece.

De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa pode responder às questões particulares. Preocupa-se, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos (MINAYO, 1994). Por esta razão e buscando compreender a jornada das duas intérpretes, optou-se pela pesquisa qualitativa.

Enquanto técnica de coleta, a entrevista semiestruturada caracteriza-se por um planejamento flexível, em que há questões relevantes e necessárias a serem abordadas, sem, contudo, impossibilitar a abertura ao diálogo (GIL, 2008). Segundo o autor, a entrevista, ou seja, o momento em que uma pessoa que busca compreender um fenômeno – pesquisador e quem fornece informações acerca do contexto – pesquisado, na modalidade semiestruturada, deve permitir a abertura para questões que surgirem em campo.

Nesta pesquisa, idealizou-se o entendimento de questões, ainda que subjetivas, que envolvem o trabalho estudado. Dessa forma, a entrevista semiestruturada possibilita a expressão de questões não previamente definidas. De acordo com Gil (1999), a entrevista semiestruturada não segue um padrão rígido. Assim, o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas quando se desvia do tema original, o pesquisador esforça-se para a sua retomada:

A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos auto-biográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. Contudo os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo (MORAES, 1999, p. 2).

As falas obtidas nas entrevistas têm significados e são, muitas vezes, específicas. Sobre essa questão, Moraes (1999) descreve que é preciso compreender que a análise do material se processa de forma ampliada e circular, e não de forma sequencial e linear. É necessário, portanto, extrair significado deles. Isto em geral não é atingido em um único esforço. O refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez mais bem explicitados, constitui um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo podem atingir-se novas camadas de compreensão.

Realizou-se, então, duas entrevistas com intérpretes de Libras, às quais foram gravadas e transcritas para a realização da análise, com maior veracidade e fidedignidade dos dados, após autorização das participantes. Para isto, utilizou-se um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), previsto em lei, que as participantes leram e assinaram no início da coleta de dados. Seguiram-se os aspectos éticos previstos na Resolução nº 196 do Conselho Nacional de Saúde (1996), que consiste em diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas com seres humanos.

De acordo com os aspectos éticos previstos e garantidos por lei, adotou-se, portanto, nomes fictícios para preservar as identidades dos participantes. O perfil das entrevistadas é sintetizado no quadro a seguir:

Quadro1 - Dados das entrevistadas Intérpretes de Libras:

	Nome	Idade	Formação	Tempo de atuação	Carga Horária	Formação em Processo
1	Mariana	49	Graduação Pedagogia	7 anos	8 horas diárias 2 cargos	e Pós-graduada em TILS - Libras
2	Nathalia	49	Graduação Educação Artística e Pós em Educação de Surdos	5 anos	4 horas diárias 1 cargo	Pedagogia

Fonte: autora (2019).

7 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Os dados coletados nas entrevistas, realizadas com as intérpretes de Libras que atuam com alunos surdos em escolas públicas de Belo Horizonte foram separados em três categorias, sendo: o papel do intérprete em sala de aula; função desempenhada em sala de aula; formação e capacitação.

As condições de trabalho do tradutor/intérprete de Libras é um fator de grande importância para a compreensão do seu papel em sala de aula. Outra questão, atrelada à primeira, é a atuação desse profissional no processo de comunicação entre alunos surdos e professores/alunos ouvintes. Conforme explicitado anteriormente, os nomes dos participantes são fictícios (Mariana e Nathália) para manter o sigilo das entrevistadas e o instrumento utilizado, um questionário semiestruturado, foi elaborado pela pesquisadora, contendo somente perguntas abertas.

É necessário, ainda, compreender e discutir os aspectos acerca do trabalho do intérprete porque, a partir da temática, promove-se reflexões sobre a identidade e percepção social do sujeito surdo. Não pode-se ignorar que a inclusão se faz em toda a sociedade, o que traduz-se por uma ação coletiva e em resposta à atuação do intérprete, que promove uma ponte entre sujeitos surdos e ouvintes. Esta questão perpassa os campos da Psicologia ao considerar aspectos relevantes da formação social, comunicação e coletividade. A Psicologia Social aborda, de modo crítico, a identidade surda e a valorização de sua comunidade. Isto se dá, também, pelo viés social, que mantém forte relação com a construção de um campo de atuação, a consciência de que determinado grupo se expressa de um modo, respeitando-o e a atuação profissional na temática.

7.1 Percepção a respeito do papel do intérprete em sala de aula

O intérprete de Libras tem a profissão regulamentada por lei, assim como a obrigatoriedade de sua presença para acompanhamento de sujeitos surdos em contextos escolares. Sendo assim, é significativo e necessário que ele tenha conhecimento sobre a Libras e seja capaz de distinguir o seu papel em todos os ambientes de atuação.

Desta forma, as entrevistadas relataram ser de grande crédito sua presença em sala de aula, tanto para uma boa comunicação entre alunos surdos, colegas ouvintes e professoras ouvintes, quanto para o processo de aprendizagem para os alunos surdos, como relatam as falas:

Ele ser exclusivamente mediador professor com aluno e ser receptor e passar, sabe. Transmitir a mensagem que foi dada fielmente, sabe. Ele tem que ser assim. (Mariana)

Importante. Eu sou um canal entre o professor e o aluno, então eu acho muito importante o papel do intérprete. O papel do intérprete de Libras é ser ponte entre o aluno surdo e o professor né, e é isso. (Nathalia)

A atuação do profissional intérprete de Libras em sala de aula tem suas devidas atribuições no exercício de suas competências, conforme o artigo Art. 6º da Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010) devendo interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares.

Diante dos relatos das entrevistadas, há uma clara concepção da importância que seu trabalho exerce e tem. Também é notório a exata concepção das atribuições do intérprete de Libras segundo a legislação e a prática profissional, uma vez que corroboram em função e objetivos, como explicitado por Rodrigues e Valente (2011). Para melhor análise, explicita-se quais as funções desempenhadas pelas profissionais, conforme dados das entrevistas.

7.2 Funções desempenhadas em sala de aula

A respeito das funções desempenhadas pelo intérprete de Libras em sala de aula, sabemos que esse profissional deve ter competência linguística e, conforme o Art. 2º (BRASIL, 2010) o tradutor e intérprete precisam realizar interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação de Libras e da Língua Portuguesa.

Acerca dessas competências, as entrevistadas discorreram sobre o que exercem atualmente em sala de aula e como foram experiências passadas:

Na realidade, não. No papel tem que ser só interpretar, mas na realidade na prática você é o apoio do professor, você acaba sendo um apoio do professor em sala de aula. Às vezes o professor fica meio perdido né, dentro de sala de aula com a aula, então muitas vezes o professor se apoia no intérprete né, em questão de auxiliar e de ajuda. Ajudando na confecção de materiais para o aluno, já ajudei e hoje não. Só se o professor tiver muita dificuldade mesmo e pedir né, mas não está dentro do papel do intérprete confeccionar materiais. (Mariana).

Eu só interpreto em sala de aula. (Nathalia).

Percebe-se, aqui, nos relatos das entrevistadas uma divergência entre a atuação regulamentada e a prática na atuação do intérprete de Libras. A intérprete Mariana relatou sobre sua atuação além da interpretação de Libras e sim na execução de materiais para melhor aquisição de conhecimento para os surdos. Mariana tem formação em Educação Artística e, dessa forma, preparo e tirocínio para a execução de materiais. Essa concepção advém da cultura acerca da interpretação de Libras, anteriormente discutida por Quadros (1997), cuja atuação era voluntária. Ainda que nos primórdios da profissão atuou-se de maneira voluntária, atualmente há uma demanda e um campo de trabalho para estes profissionais.

É importante frisar, no entanto, que pode-se perceber uma divergência quanto à atuação real e a legislação, mas um equilíbrio entre a concepção de funções previstas por lei e exercidas. Isto significa que há uma definição e formação específica e correta para as intérpretes de Libras, mas, ao chegar em seu contexto de trabalho, as demandas exigem atribuições que escapam à função de intérprete. A autora Lacerda (2009) aborda, de modo muito explicativo, o percurso para a regulamentação do intérprete de Libras como profissional e o aspecto “formação”, também abordado nas entrevistas.

7.3 Formação e capacitação

A formação de um tradutor e intérprete de Libras demanda formação continuada, aperfeiçoamento e competência. Também exige que as instituições e organizações da sociedade civil da comunidade surda ofereçam cursos na área. Até o ano de 2015, a União, que era responsável por oferecê-los diretamente ou por intermédio de instituições credenciadas (BRASIL, 2010), promoveu, anualmente, o Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa. O exame é realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de Instituições de Ensino Superior (IES).

Conforme a Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010), no artigo 4º, a formação do tradutor e intérprete de Libras

[...] em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária;

e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. (BRASIL, 2010)

As duas intérpretes entrevistadas relataram que têm formação em curso de Graduação em áreas distintas. No entanto, ambas entrevistadas têm Pós-graduação na área de Libras, não tendo a certificação do Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa. A fala de uma entrevistada reflete a principal questão ao não considerar a formação em nível especialista como certificação de proficiência:

É uma indignação. Por exemplo, sabe, é... hoje em dia, quando eles tão, pelo fato do campo ser competitivo, hoje em dia a cobrança. Igual, você estudou né. Fiz Pós-graduação e tudo, e às vezes em certas instituições não é considerado isso, é considerado o técnico. (Mariana)

A partir do relato acima e em comparação com a Língua Portuguesa, há desencontros quanto à formação exigida e respeitada para atuação. Se retomarmos, no entanto, as questões trazidas por Gesser (2009), as duas línguas – Portuguesa e Libras têm as mesmas finalidades e características das demais línguas, consideradas naturais. Diante desse descontentamento, expresso pela entrevistada Mariana, faz-se necessário pensar quais formações são consideradas garantias de proficiência e se pode-se considerar, de igual modo, a titularidade de pós-graduada para aptidão do exercício da função de intérprete de Libras. Esta discussão mostra-se urgente e de grande importância para as pessoas surdas, que terão em sua língua, a concepção de natural e essencial, portanto, genuína.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das referências teóricas apresentadas e das entrevistas realizadas e descritas, foi possível compreender um pouco mais a respeito da atuação e trabalho do intérprete de Libras em sala de aula. O aporte teórico nos permitiu uma aproximação da realidade do campo de estudo, sendo crível perceber alguns dos desafios enfrentados pelas intérpretes de Libras em seu campo de atuação e divergências entre este e a regulamentação.

Através das entrevistas realizadas pela pesquisadora, também foi possível compreender como as intérpretes percebem o seu papel de forma relevante no contexto escolar. Essas profissionais iniciaram seus trabalhos em igrejas, de maneira voluntária e somente quando perceberam uma demanda do mercado de trabalho, começaram a exercer a função em escolas, com alguma remuneração. Vale ressaltar que mesmo com a titularidade de Pós-graduação, as intérpretes ainda consideram que o mercado de trabalho não tem aceitação e valorização esperada.

Nota-se que, a respeito das funções desempenhadas em sala de aula, acontece uma divergência entre o esperado pela atuação do intérprete – e previsto por lei e a prática profissional. Acredita-se que a intérprete pode contribuir com a professora na sugestão de materiais mais adequados para o processo de aprendizagem do surdo, porém, sabe-se que a responsabilidade de criar materiais com acessibilidade para o surdo é do professor que tem formação e capacitação para a mesma (na rede de ensino de Belo Horizonte, nomeia-se este profissional como “professor regente”). As intérpretes reivindicam, de modo justo, melhores salários devido às suas atuações e empenhos em capacitar-se para exercê-las.

A respeito da integração do surdo no ambiente escolar e os processos de socialização, tema convergente a este trabalho, percebe-se que as entrevistadas têm conhecimento a respeito da inclusão social e interesse em promover a Libras. Os surdos, várias vezes, vivenciam a segregação no ambiente escolar e em outros espaços, por isso vale salientar a importância de profissionais atuantes com surdos oportunizarem a comunicação.

Percebe-se nos discursos de Mariana e Nathalia um empenho em cumprir as funções e uma dedicação em se qualificar para a execução de um bom trabalho em sala de aula. É interessante apontar que as intérpretes entrevistadas têm muito respeito pela pessoa surda e uma valorização da identidade dos surdos, refletidas na preocupação com o aprendizado adequado desses sujeitos.

Através desse trabalho foi possível, portanto, refletir a respeito da importância do intérprete de Libras no contexto escolar, bem como os caminhos trilhados e as dificuldades enfrentadas para uma melhor comunicação e desenvolvimento da pessoa surda no contexto escolar. Vale ressaltar, que mesmo com formação continuada, os intérpretes almejam maior reconhecimento e, conseqüentemente, maior valorização profissional e remunerada. No entanto, a precisão de informações a respeito da atuação dos intérpretes de Libras em sala de aula demonstrada pelos trechos das entrevistas evidencia uma conquista que ainda requer lutas e mudanças.

Este trabalho não esgota as possibilidades de pesquisa, uma vez que ainda se faz necessário pesquisas acerca da construção da identidade dos sujeitos atendidos pelos intérpretes de Libras e estes, bem como fatores que levaram à desvalorização da atuação aqui descrita. A pesquisa buscou, através de fontes pontuais e restritas, conhecer e discutir a atuação dos intérpretes de Libras no contexto de sala de aula, o que foi atingido e compartilhado. No entanto, reconhece-se a necessidade de maior aprofundamento na temática e resultados que possam gerar mobilização e mudança na função tratada.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977/2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 abr 2021.

BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso: 11 novembro 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 3/2006. **Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Dispõe sobre a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12319.htm>. Acesso: 28 de outubro de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais**. Brasileira: SEESP, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC, 2004.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GESSER, Audrei. **LIBRAS?** que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda M. (Org.). **Cidadania, surdez e linguagem desafios e realidade**. São Paulo: Plexus, 2003.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação, FaE/PPGE/UFP**, Pelotas, n 36, p. 134-153, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1994.

PIZZIO, Aline Lemos. **A variabilidade da origem das palavras na aquisição da Língua de Sinais Brasileira**: construções com tópico e foco. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/19314.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Brasília: MEC; SEESP, 2007.

RODRIGUES, Cristiane S.; VALENTE, Flávia. **Intérprete de Libras**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.

SANTOS, Maria Francisca C. et. al. Surdez: diagnóstico audiológico. In: SILVA, Ivani R.;

VYGOTSKY, Lev S. Pensamento e palavra. In: **Pensamento e linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1993.